

Interfaces entre Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas Voltadas a Estudantes com Deficiência na Escola Regular

Maria Inez Furtado Almeida

https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=A2FBC527AF81046291A605DE5EAF3C1#

Kleuton Horas da Silva

https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=BE7598E5EE69D23F72DCE8A681649F36#

José Délcio Furtado Almeida

https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=AB9D8FC3789741770DB4FA4DF067529A#

Resumo: O presente estudo analisa as relações entre políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão de estudantes com deficiência na escola regular, buscando compreender como esses elementos contribuem para a consolidação da educação inclusiva. A pesquisa teve como objetivos identificar as necessidades educacionais desses estudantes, examinar práticas inclusivas no contexto escolar e discutir estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa de caráter teórico, fundamentada em revisão bibliográfica de estudos e documentos legais sobre inclusão escolar. Os resultados indicam que a inclusão educacional vai além do acesso físico à escola, exigindo políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas diversificadas e adequação das condições estruturais das instituições de ensino. Evidencia-se também a importância do envolvimento da comunidade escolar no desenvolvimento de ações inclusivas. A literatura destaca que a educação inclusiva é um direito fundamental garantido por dispositivos legais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), reafirmando a necessidade de assegurar acesso, permanência e participação no processo educativo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Políticas Públicas. Estratégias Pedagógicas.



Recebido em: Setembro 2024; Aceito em: Fev. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.846

Aproximações e Convergências: pautas científicas multitemáticas

Abril, 2025, v. 3, n. 25

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Interfaces Between Public Policies and Pedagogical Practices Aimed at Students with Disabilities in Mainstream Schools

Abstract: The present study analyzes the relationship between public policies and pedagogical practices aimed at the inclusion of students with disabilities in regular schools, seeking to understand how these elements contribute to the consolidation of inclusive education. The research aimed to identify the educational needs of these students, examine inclusive practices within the school context, and discuss strategies that promote participation and learning. To achieve this, a qualitative theoretical approach was adopted, based on a bibliographic review of studies and legal documents related to school inclusion. The results indicate that educational inclusion goes beyond merely ensuring physical access to school, requiring consistent public policies, diversified pedagogical practices, and the adaptation of the structural conditions of educational institutions. The study also highlights the importance of the involvement of the entire school community in developing inclusive actions. The literature emphasizes that inclusive education is a fundamental right guaranteed by legal frameworks, such as the Brazilian Statute of the Person with Disabilities (Brazil, 2015), reaffirming the need to ensure access, permanence, and participation in the educational process.

Keywords: Inclusive Education. Public Policies. Pedagogical Strategies.

Interfaces entre Políticas Públicas y Prácticas Pedagógicas Dirigidas a Estudiantes con Discapacidad en la Escuela Regular

Resumen: El presente estudio analiza las relaciones entre las políticas públicas y las prácticas pedagógicas orientadas a la inclusión de estudiantes con discapacidad en la escuela regular, buscando comprender cómo estos elementos contribuyen a la consolidación de la educación inclusiva. La investigación tuvo como objetivos identificar las necesidades educativas de estos estudiantes, examinar prácticas inclusivas en el contexto escolar y discutir estrategias que favorezcan la participación y el aprendizaje. Para ello, se adoptó un enfoque cualitativo de carácter teórico, fundamentado en una revisión bibliográfica de estudios y documentos legales sobre inclusión escolar. Los resultados indican que la inclusión educativa va más allá del acceso físico a la escuela, exigiendo políticas públicas consistentes, prácticas pedagógicas diversificadas y la adecuación de las condiciones estructurales de las instituciones educativas. También se evidencia la importancia de la participación de la comunidad escolar en el desarrollo de acciones inclusivas. La literatura destaca que la educación inclusiva constituye un derecho fundamental garantizado por disposiciones legales, como el Estatuto de la Persona con Discapacidad (Brasil, 2015), reafirmando la necesidad de garantizar el acceso, la permanencia y la participación en el proceso educativo.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Políticas Públicas. Estrategias Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas, fundamentado na garantia do direito à educação para todos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais. No contexto brasileiro, esse princípio é respaldado por um conjunto de dispositivos legais e normativos que orientam a organização do sistema educacional em direção à equidade e à valorização da diversidade.

Nesse cenário, a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares representa um importante desafio pedagógico e institucional, exigindo a articulação entre políticas públicas educacionais e práticas pedagógicas capazes de assegurar a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral desses estudantes. Conforme assinala Mazzotta (2003, p. 15), a trajetória da educação especial no Brasil é marcada por avanços significativos, mas também por desafios persistentes, sendo a inclusão escolar um dos principais objetivos das políticas educacionais voltadas à educação especial na contemporaneidade.

Nesse contexto, compreende-se que a efetivação da educação inclusiva demanda não apenas a presença dos alunos com deficiência no espaço escolar, mas também a implementação de políticas públicas consistentes, aliadas a práticas pedagógicas que favoreçam a acessibilidade, a participação e a aprendizagem significativa.

A relevância desta pesquisa reside, portanto, na necessidade de compreender como as interfaces entre políticas públicas e práticas pedagógicas podem contribuir para a consolidação da educação inclusiva no contexto escolar. A Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça a educação inclusiva como um direito fundamental, assegurando não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação plena das pessoas com deficiência no sistema educacional. Dessa forma, torna-se essencial investigar

estratégias que favoreçam a implementação efetiva desses princípios no cotidiano das escolas.

Diante dessa perspectiva, o presente estudo busca responder à seguinte questão norteadora: quais estratégias pedagógicas, articuladas às políticas públicas educacionais, podem contribuir para a inclusão de estudantes com deficiência na escola regular? Assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar estratégias voltadas à inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar, considerando as interfaces entre diretrizes legais e práticas pedagógicas. De modo específico, pretende-se identificar as principais necessidades educacionais desses estudantes, examinar as estratégias de inclusão adotadas no ambiente escolar e refletir sobre possibilidades de aprimoramento das práticas inclusivas.

O intuito é ampliar o debate acerca da educação inclusiva, evidenciando a importância da articulação entre políticas públicas, gestão educacional e práticas pedagógicas comprometidas com a promoção da equidade e da diversidade no espaço escolar, favorecendo o pleno desenvolvimento das potencialidades de todos os estudantes.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS CONCEITUAIS

A educação inclusiva tem se consolidado, nas últimas décadas, como um dos princípios centrais das políticas educacionais em diferentes países, incluindo o Brasil. Esse conceito fundamenta-se na garantia do direito à educação para todos, independentemente de condições físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais. Nessa perspectiva, a escola passa a ser compreendida como um espaço que deve assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação efetiva de todos os estudantes no processo educativo. Conforme destaca Mantoan (2003, p. 15), a inclusão escolar constitui um processo que busca garantir que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizagem no ambiente escolar, superando práticas excludentes historicamente presentes no sistema educacional.

Sob uma perspectiva crítica, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige mais do que mudanças estruturais ou

curriculares. Como ressalta Chauí (2008, p. 69), a educação que se pretende inclusiva deve considerar as experiências e as vozes daqueles que historicamente foram marginalizados nos espaços sociais e educacionais. Dessa forma, a efetivação da inclusão depende, sobretudo, da transformação das atitudes e concepções presentes no cotidiano escolar, exigindo o comprometimento de professores, gestores, estudantes e da comunidade escolar na promoção de práticas pedagógicas mais equitativas.

Nesse contexto, a educação inclusiva propõe a superação de diferentes formas de exclusão, assegurando que estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais específicas possam participar plenamente das atividades escolares e da vida social. No caso de alunos com transtornos do desenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista, por exemplo, a inclusão escolar representa não apenas um direito garantido por lei, mas também uma oportunidade de ampliar sua participação social e favorecer o desenvolvimento de suas potencialidades.

Compreender a consolidação da educação inclusiva no Brasil exige considerar sua trajetória histórica, marcada por influências de movimentos internacionais e por debates acadêmicos e políticos intensificados a partir da década de 1990. Nesse período, ampliaram-se as discussões acerca da necessidade de integrar estudantes com necessidades educacionais especiais ao ensino regular, o que implicou questionar modelos tradicionais de ensino, frequentemente pautados em práticas homogeneizadoras. Tal processo evidenciou a necessidade de rever currículos, metodologias de ensino e programas de formação docente, de modo a favorecer uma educação mais democrática e sensível à diversidade.

A transição do modelo centrado no atendimento segregado das pessoas com deficiência para a perspectiva da inclusão escolar foi impulsionada, em grande medida, pela criação de marcos legais e políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação. Embora tais legislações representem avanços significativos, a efetivação da educação inclusiva ainda demanda esforços contínuos no âmbito das práticas pedagógicas, da formação de profissionais da educação e da organização das instituições escolares, de modo que a inclusão

se concretize não apenas no plano normativo, mas também no cotidiano das escolas.

2.1 Histórico da Educação Inclusiva no Brasil e no mundo

Ao longo da história, as pessoas com deficiência foram, em muitos contextos sociais, alvo de exclusão e marginalização. Na Antiguidade e durante longos períodos históricos, predominava a concepção de que esses indivíduos eram incapazes de participar plenamente da vida social, sendo frequentemente associados à caridade ou à assistência social, e não reconhecidos como sujeitos de direitos. Nesse cenário, o acesso à educação era extremamente limitado ou inexistente. Conforme observa Mazzotta (2003), a compreensão das pessoas com deficiência esteve, por muito tempo, vinculada a uma perspectiva assistencialista, que pouco considerava suas potencialidades e seu direito à escolarização.

Entre os séculos XVI e XVIII, começaram a surgir mudanças graduais nesse modo de pensar. Nesse período, algumas iniciativas educacionais voltadas às pessoas com deficiência foram desenvolvidas, sobretudo em contextos religiosos e filantrópicos. Lombardi (2007) destaca que determinadas experiências pedagógicas realizadas por religiosos contribuíram para ampliar a compreensão acerca das capacidades de aprendizagem dessas pessoas, inaugurando novas possibilidades no campo educacional, ainda que de forma restrita e pontual.

A trajetória da educação especial e inclusiva, tanto no Brasil quanto em outros países, é marcada por avanços progressivos, mas também por diversos desafios. Segundo Mazzotta (2003, p. 20), a educação especial no Brasil se desenvolveu inicialmente por meio de iniciativas isoladas e de políticas públicas pouco articuladas, o que limitou a expansão de práticas educacionais mais abrangentes. Com o passar do tempo, contudo, intensificaram-se os debates acerca da necessidade de garantir o direito à educação para todos, impulsionando a formulação de políticas educacionais mais inclusivas.

No cenário internacional, um marco significativo foi a Declaração de Salamanca, elaborada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre

Necessidades Educacionais Especiais. Esse documento estabeleceu princípios fundamentais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, defendendo que as escolas devem acolher todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais, e adaptar-se às suas diferentes necessidades de aprendizagem.

No contexto brasileiro, a consolidação da educação inclusiva foi fortalecida por diversos marcos legais, entre os quais se destaca a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa legislação reafirma a educação inclusiva como um direito fundamental, assegurando que pessoas com deficiência tenham acesso, permanência e participação em igualdade de condições no sistema educacional. Assim, observa-se um avanço gradual no reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da escola contemporânea.

2.2 Políticas públicas para a Inclusão

As políticas públicas voltadas à inclusão educacional no Brasil constituem um conjunto de ações, diretrizes e instrumentos legais destinados a garantir o direito à educação para todos os cidadãos, especialmente para pessoas com deficiência. Essas políticas são estruturadas por meio de diferentes dispositivos normativos, como leis, decretos, resoluções e portarias, que orientam a organização do sistema educacional e estabelecem princípios para assegurar igualdade de acesso, permanência e participação dos estudantes no ambiente escolar. Nesse sentido, as políticas públicas desempenham papel fundamental na promoção de uma educação que reconheça e valorize a diversidade presente na sociedade.

Entre os primeiros marcos relacionados à educação de pessoas com deficiência destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/1961. Essa legislação representou um avanço inicial ao reconhecer a educação dessas pessoas no âmbito do sistema educacional. Contudo, a integração ao ensino regular ainda estava condicionada à capacidade de adaptação dos estudantes às estruturas escolares existentes, o que restringia o acesso universal à escolarização. Posteriormente, a Lei nº 5.692/1971

estabeleceu diretrizes para o ensino de primeiro e segundo graus e previu atendimento educacional específico para estudantes com deficiência. Entretanto, conforme aponta Mazzotta (2003), essa legislação ainda reforçava a ideia de que o atendimento deveria ocorrer, preferencialmente, em instituições especializadas, mantendo a separação entre ensino regular e educação especial.

Um avanço significativo ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como um direito social fundamental e um dever compartilhado entre o Estado e a família. Nos artigos 6º, 205, 206 e 208, a Constituição reafirma o direito de todos à educação e estabelece que o atendimento educacional às pessoas com deficiência deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino. A partir desse marco, a educação passou a ser compreendida como um instrumento essencial para a promoção da cidadania e da participação social, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão.

No campo das políticas educacionais, a Política Nacional de Educação Especial, publicada em 1994, buscou orientar o processo de integração de estudantes com necessidades educacionais especiais ao ensino regular. Contudo, essa política ainda se baseava no modelo de integração, condicionando o acesso às classes comuns à capacidade dos estudantes de acompanhar o currículo no mesmo ritmo dos demais alunos. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, houve um avanço importante no reconhecimento da educação especial como modalidade transversal do sistema educacional, prevendo serviços de apoio especializados e práticas pedagógicas capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes.

Entre os marcos mais relevantes das políticas públicas de inclusão destaca-se a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa legislação reafirma o compromisso do Estado com a garantia de igualdade de oportunidades, estabelecendo a obrigatoriedade de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino. A lei também determina a adoção de medidas de acessibilidade, adaptações razoáveis e recursos pedagógicos que

favoreçam a aprendizagem e a participação plena dos estudantes com deficiência.

Assim, observa-se que as políticas públicas voltadas à inclusão educacional no Brasil resultam de um processo histórico marcado por avanços progressivos na garantia de direitos. A consolidação dessas políticas evidencia o compromisso do Estado e da sociedade com a construção de um sistema educacional mais democrático, equitativo e comprometido com a valorização da diversidade.

Segundo determina a LDB 9.394/96:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A referida Lei acima preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas das consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

A Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), constitui um importante marco jurídico na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Essa legislação amplia a

perspectiva de cidadania ao garantir direitos em diferentes áreas da vida social, como saúde, trabalho, cultura, acessibilidade e educação. A LBI também apresenta uma concepção mais abrangente de deficiência, compreendendo-a como resultado da interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras sociais e ambientais que limitam a participação plena das pessoas na sociedade.

No campo educacional, a lei reforça o princípio da educação inclusiva ao estabelecer que o sistema educacional deve assegurar condições de acesso, permanência e participação dos estudantes com deficiência em igualdade de oportunidades. Isso implica a adoção de medidas como adaptações curriculares, utilização de tecnologias assistivas, formação continuada de professores e desenvolvimento de estratégias pedagógicas que reconheçam a diversidade presente no ambiente escolar. Dessa forma, a legislação supera concepções assistencialistas e estabelece a inclusão como um direito efetivo, que exige mudanças estruturais, pedagógicas e institucionais.

Apesar dos avanços legais e das iniciativas voltadas à promoção da inclusão nas escolas, o contexto educacional brasileiro ainda apresenta desafios significativos para a efetivação desse direito. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende do comprometimento de diferentes setores da sociedade, da superação de práticas discriminatórias e da implementação de políticas educacionais capazes de garantir uma educação de qualidade para todos. Nesse sentido, a escola deve ser compreendida como um espaço de valorização da diversidade, no qual as diferenças sejam reconhecidas como elementos constitutivos do processo educativo e não como fatores de exclusão.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de revisão bibliográfica, desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa. O objetivo consiste em analisar estratégias voltadas à promoção da inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar, buscando compreender as principais necessidades e desafios enfrentados por esses alunos, bem como discutir possibilidades de intervenção que contribuam para uma educação mais inclusiva. De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica consiste no

levantamento, seleção e análise crítica de produções científicas já publicadas sobre determinado tema, possibilitando a ampliação e atualização do conhecimento e oferecendo suporte teórico para o desenvolvimento de novas investigações. Dessa forma, livros, artigos científicos, dissertações e teses constituem as principais fontes de consulta utilizadas na construção do referencial teórico da pesquisa.

Nesse sentido, Lakatos e Marconi (2003, p. 183) ressaltam que a pesquisa bibliográfica não se limita à simples reprodução de ideias já apresentadas por outros autores, mas possibilita uma análise crítica e reflexiva do tema investigado, permitindo a formulação de novas interpretações e perspectivas. Assim, a definição e a delimitação do tema orientam o percurso investigativo do pesquisador, que passa a selecionar materiais teóricos relevantes capazes de fundamentar a discussão acerca da inclusão educacional e das estratégias pedagógicas voltadas ao atendimento de estudantes com deficiência.

A revisão de literatura foi realizada a partir de produções científicas publicadas predominantemente nos últimos dez anos, em língua portuguesa, relacionadas à temática da educação inclusiva e da escolarização de estudantes com deficiência. As buscas foram realizadas em bases de dados acadêmicas, especialmente na SciELO e no Google Acadêmico, utilizando-se como descritores os termos “educação inclusiva”, “deficiência”, “estratégias de inclusão” e “escola regular”. A análise dos materiais selecionados possibilitou identificar diferentes perspectivas teóricas e práticas acerca da inclusão no ambiente escolar.

Além disso, o estudo apresenta uma proposta de intervenção de caráter estritamente teórico, elaborada a partir das contribuições da literatura analisada. Essa proposição está organizada em três etapas principais: diagnóstico da realidade escolar, identificação e proposição de estratégias de inclusão, como formação docente continuada e adaptação de recursos didáticos e, por fim, a avaliação das ações sugeridas. Ressalta-se que tais etapas não foram aplicadas empiricamente, constituindo apenas um modelo conceitual fundamentado nos estudos revisados.

Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para a ampliação das discussões sobre educação inclusiva, oferecendo subsídios teóricos que

possam auxiliar na compreensão dos desafios enfrentados pelas escolas e na formulação de estratégias que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento de estudantes com deficiência no ambiente educacional. Além disso, pretende-se que a pesquisa sirva como base para futuras investigações e reflexões acerca das práticas inclusivas no contexto da escola regular.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções acadêmicas acerca da educação inclusiva e da diversidade no contexto escolar evidencia avanços relevantes no reconhecimento dos direitos educacionais das pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que revela desafios persistentes para a efetivação de práticas verdadeiramente inclusivas. Boffa e Machado (2024) destacam que a articulação entre educação especial e educação inclusiva encontra respaldo em um conjunto de dispositivos legais que asseguram os direitos civis, políticos e sociais das pessoas com deficiência, reconhecendo a escolarização inclusiva como um direito fundamental de todos os estudantes. Nesse sentido, torna-se imprescindível que políticas educacionais e práticas pedagógicas sejam estruturadas de modo a garantir igualdade de oportunidades no acesso, na permanência e na participação no ambiente escolar.

De forma complementar, Neto *et al.* (2023) situam a inclusão escolar como resultado de um processo histórico e social em constante construção, ressaltando que sua consolidação exige mudanças estruturais no sistema educacional, bem como uma transformação nas concepções de ensino e aprendizagem por parte dos profissionais da educação e da sociedade. Nessa perspectiva, a implementação efetiva da inclusão demanda planejamento progressivo, investimento na formação docente e o fortalecimento de uma cultura escolar comprometida com o respeito à diversidade.

Freitas (2023) contribui para esse debate ao estabelecer uma distinção conceitual entre os termos acesso, acessibilidade e inclusão, frequentemente utilizados de forma indistinta no campo educacional. A autora argumenta que a inclusão autêntica pressupõe o reconhecimento das singularidades de cada estudante, compreendendo a escola como um ecossistema educacional capaz de responder às diferentes necessidades de aprendizagem. Essa concepção é

reforçada por Danieiz e Smolka (2019), cujas pesquisas indicam que a adoção de práticas pedagógicas adaptadas amplia significativamente a participação de estudantes com deficiência intelectual e múltipla, favorecendo a efetividade dos processos de ensino e aprendizagem.

Além disso, Menino-Mencia et al. (2019) ressaltam a importância da colaboração entre escola, família e comunidade para a consolidação de práticas inclusivas. O estudo evidencia que, embora a infraestrutura escolar seja um elemento relevante, a qualidade das relações pedagógicas e a atuação qualificada dos profissionais da educação desempenham papel central na construção de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo. Nesse sentido, Luck (2015) enfatiza a relevância da gestão participativa como elemento fundamental para a promoção de uma cultura escolar democrática, na qual a diversidade seja reconhecida e valorizada.

A análise dos resultados indica, portanto, que a inclusão escolar não se restringe ao cumprimento de determinações legais ou à simples presença do estudante com deficiência no espaço escolar. Trata-se de um processo complexo que envolve dimensões pedagógicas, sociais, institucionais e culturais. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) reforça essa perspectiva ao estabelecer que a educação inclusiva deve assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação plena dos estudantes no sistema educacional.

Dessa forma, a literatura analisada converge ao apontar que a construção de uma escola inclusiva depende da articulação entre políticas públicas consistentes, formação docente continuada, práticas pedagógicas diversificadas, infraestrutura adequada e participação ativa da comunidade escolar. Conforme argumentam Mazzotta (2003) e Neto et al. (2023), a inclusão educacional constitui um desafio histórico e social que requer compromisso ético, político e institucional, de modo a transformar a escola em um espaço efetivamente democrático, capaz de promover equidade, respeito à diversidade e oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito investigar estratégias capazes de promover a inclusão de estudantes com deficiência no contexto da escola regular, buscando identificar as necessidades educacionais específicas desses alunos, analisar as práticas inclusivas atualmente adotadas e propor abordagens pedagógicas que favoreçam sua participação plena no processo educativo. Para a fundamentação teórica, foram examinados dispositivos legais relevantes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), bem como estudos teóricos e empíricos que discutem a educação inclusiva e a diversidade no ambiente escolar.

Ao longo da investigação, verificou-se que, embora algumas práticas voltadas à inclusão já estejam presentes no cotidiano escolar, persistem desafios significativos relacionados à formação docente, à adequação curricular, à acessibilidade da infraestrutura e à efetiva participação dos estudantes com deficiência nas atividades pedagógicas. Evidenciou-se que a inclusão não se restringe à mera presença física do aluno na escola, mas requer a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas, o uso de recursos de tecnologia assistiva e o comprometimento coletivo de toda a comunidade escolar, envolvendo professores, gestores, estudantes e familiares.

Os resultados da pesquisa indicam que os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que foi possível identificar as principais demandas educacionais dos estudantes com deficiência, analisar criticamente as estratégias inclusivas existentes e apontar caminhos para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais inclusivas. Nesse sentido, o estudo contribui para o campo educacional ao articular dimensões legais, históricas e pedagógicas da inclusão, oferecendo subsídios teóricos e reflexivos que podem auxiliar na construção de ambientes escolares mais equitativos, democráticos e sensíveis à diversidade.

No âmbito formativo, a realização desta investigação proporcionou uma compreensão mais aprofundada acerca dos desafios e das possibilidades inerentes à inclusão escolar, reforçando a relevância da formação continuada dos profissionais da educação, da sensibilidade ética no exercício da docência e da adoção de práticas pedagógicas centradas no reconhecimento das

diferenças. Sob a perspectiva social, o estudo reafirma que a inclusão educacional ultrapassa a dimensão normativa, configurando-se como um compromisso coletivo voltado à promoção da cidadania, da igualdade de oportunidades e da valorização da diversidade humana.

Em síntese, a pesquisa evidencia que a consolidação da educação inclusiva depende da articulação entre legislação, políticas públicas, práticas pedagógicas inovadoras e participação ativa da comunidade escolar. Assim, a inclusão de estudantes com deficiência deve ser compreendida como um processo contínuo e transformador, essencial para a construção de uma escola mais justa, participativa e comprometida com os princípios da equidade e da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 14.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p 2.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 11 out. 2025.

BOFFA, A. P.; MACHADO, A. de B. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e85133, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/PSzsBQhDNrRkQNkStgSsGbQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2025.

CHAUÍ, M. **A escola e o lugar do saber.** 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

DANIEZ, D.; SMOLKA, A. L. B. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e187853, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/Sjfzqqk3cBv47szKzLpdJWD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2025.

FAUSTINI, L. A. Estrutura administrativa da educação básica. In: MENESSES, João Gualberto de Carvalho et al. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

FIGUEIREDO, R. V. de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: D. E. G. Rosa e V. C. Souza (orgs.). **Políticas organizacionais e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP & A. p. 67-68, 2002.

FREITAS, M. C. de. Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.53, e10084, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/VqdK7vhZtZMDtp6i5gLfww/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2025.

GOMES, N.L. Diversidade e currículo. In: JANETE, B; SANDRA, D.P; ARICÉLIA R.N. (Org.). **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica , 2007. p.17-47.

LOMBARDI, José Claudinei. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, Autores Associados/HISTEDBR, 2007.

LUCK, H. **Gestão participativa na escola**. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar [recurso eletrônico] – O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Summus, 2015.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENINO-MENCIA, Gislaine Ferreira et al. Escola Inclusiva: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e equipe escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**. 2019, v.23: e191819. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pee/a/skzNLZcGzPCNYFm7hrCqzHh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2025.

NETO, A. de O. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, 31(60), 81–92. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091>. Acesso em: 11 out. 2025.

ROLDÃO, M. C. Diferenciação Curricular. In: RODRIGUES, D. (org). **Perspectivas sobre a Inclusão: da diversidade à sociedade**. Porto: Editora Porto, 2003.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: Um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999. pg. 240 – 250.